



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

O CASAMENTO E A INSTAURAÇÃO DAS DIFERENÇAS EM *FOGO MORTO* E *SÃO BERNARDO*

Autor: Francielly Alves Pessoa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – Campus Princesa Isabel;
francielly.pessoa@ifpb.edu.br

RESUMO: O presente trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado que teve como foco as personagens Amélia e Madalena, nos romances *Fogo Morto* e *São Bernardo*, respectivamente. Neste momento, objetivamos situar as obras em análise sob a perspectiva das representações que o casamento assume nessas narrativas, partindo do princípio de que as relações estabelecidas na intimidade da família reproduzem aspectos da segregação de poder instituída dentro de um sistema de gênero que, de forma marcante, oprime as mulheres do grupo. Por meio, principalmente, das contribuições de Pimentel (2012) e D’Incao (2012), problematizamos a validade de uma interpretação do texto literário enviesada pelo critério do gênero e uma compreensão da não separação entre as instâncias do público e do privado nas discussões que envolvem o núcleo familiar.

Palavras-chave: Gênero. Casamento. Literatura.

O presente trabalho constitui-se como parte de uma pesquisa de mestrado que resultou na análise de um perfil feminino específico dos romances *Fogo Morto*, de José Lins do Rego, e *São Bernardo*, Graciliano Ramos – esposas de homens de poder. Buscamos situar as obras em análise sob a perspectiva das representações que o casamento assume nessas narrativas, partindo do princípio de que as relações estabelecidas na intimidade da família reproduzem aspectos da segregação de poder instituída dentro de um sistema de gênero que, de forma marcante, oprime as mulheres do grupo. Com isso, retomamos o contexto do sistema patriarcal sob o qual viviam (ou ainda, em certa medida, vivem) as famílias do interior do Nordeste brasileiro, representado na obra romanesca de José Lins do Rego e Graciliano Ramos.

Nesse intuito, a pesquisa se constitui como um estudo de caso de caráter qualitativo, cujos dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica, tais como livros e periódicos



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

de revistas especializadas na temática em destaque, a fim de construirmos um aporte teórico que contribuísse com nossa análise.

A disciplinarização dos costumes no Brasil do século XVIII deixou como herança para o século XIX práticas e discursos que persistiram na diferenciação do espaço social feminino e masculino. Como instrumento dessa disciplinarização, o casamento foi instituído como uma das formas de legalizar limites, sendo uma forma eficiente de separar os ambientes público e privado, e, por conseguinte, os papéis de homens e mulheres na sociedade que naquele momento se configurava. O que nos leva a adotar o questionamento de Pimentel (2012, p.25): “Que poderes regem, incitam ou reprimem condutas, que resistências se sustentam e se desenvolvem nas tentativas de disciplinarização dos corpos e dos costumes?”. São as verdades historicamente construídas que implicam na normatização dos corpos e das práticas. O discurso colonizador instala um “regime de verdades”, distinguindo normas e desvios, certo e errado, inclusive sobre a condição natural de homens e mulheres, um discurso criador de diferenças de gênero.

O casamento, como objeto social, foi um dos espaços encontrado para a preservação de poder da metrópole, mas também foi o lugar propício à construção de discursos de “verdades”, de sentidos permeados de relações de poder:

As regras forjadas pela sociedade portuguesa no século XVIII, por meio do estabelecimento de verdade e normas, permitiram toda uma prática de supervalorização do casamento e de forte vigilância sobre as relações consideradas ilícitas, práticas essas que penetraram todo o processo colonizador brasileiro (PIMENTEL, 2012, p.33).

Desse modo, o casamento cumpria o papel social de proliferar “verdades”, significados e normatizações sobre os corpos em vias de perpetuar um poder patriarcal. As normatizações estabelecidas pelo colonizador, tendo o casamento como mecanismo para disseminar as novas significações, passaram também a construir relações sociais baseadas em questões de gênero. Com isso, o doutrinamento do casamento e do comportamento feminino



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

são resultado da implantação de normatizações morais e religiosas da coroa portuguesa. Nesse ambiente, as diferenças de gênero destacam-se como formas naturais para justificar a condição inerente à mulher dentro do espaço do casamento.

No que concerne ao ambiente doméstico/privado, a naturalização da autoridade foi dada ao homem, justamente por este ter sido designado como o sujeito público, o provedor. Sua autoridade, porém, também acabou sendo transferida para o espaço doméstico. E essa prática acabou se estendendo ao século XIX. Os espaços sociais do público e do privado, sempre marcados por relações de poder, foram alvo de doutrinação, de impressão de verdades historicamente construídas pela submissão da mulher em relação ao homem (PERROT, 2009).

Em *História da vida privada*, ao analisar as funções da família na sociedade civil do século XIX, Perrot (2009) retoma os pensamentos de Hegel e Kant a fim de destacar como o pensamento político do século XIX, principalmente após a Revolução Francesa, buscou delimitar cada vez mais os ditos “interesses privados”, colocando a família no centro das atenções: “o doméstico constitui uma instância reguladora fundamental e desempenha o papel de deus oculto” (p.80).

Os romances *Fogo Morto* e *São Bernardo*, obras do então denominado romance de 30, resgatam esse imaginário das relações patriarcais do século XIX e XX em que os espaços sociais assumidos por homens e mulheres são compreendidos como lugares de separação, lugares de distanciamento natural, com esferas determinadas para o masculino e o feminino.

Situando um pouco as obras em análise, deparamo-nos com o romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, publicado em 1934. Nessa obra de caráter autobiográfico, Paulo Honório é o narrador-personagem que vai relatar ao leitor os percalços de sua vida desde a sua infância até a obtenção da fazenda São Bernardo, ambiente onde se passa a crise existencial de sua vida ao lado da sua esposa Madalena, personagem que nos propusemos a analisar. Madalena, apesar de ser uma mulher instruída e independente, aceita se submeter ao tradicionalismo do matrimônio a que muitas mulheres acabaram sendo “convencidas” a



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

adotar. Porém, sua personalidade acaba por confrontar-se com o ciúme e a obsessão do marido, e Madalena não vê outra saída senão suprimir a própria vida.

Em contrapartida temos *Fogo Morto*, publicada em 1943, obra de maior maturidade de José Lins do Rego, aparentemente, encerra o ciclo dos engenhos da obra desse autor. Presenciamos em tal romance três realidades conviventes e ligadas pelo traço da tragédia, que configuram os protagonistas do romance, cada um ligado a uma personagem feminina, das quais destacamos Amélia, esposa do protagonista Lula de Holanda, que figura na obra como o elemento que simboliza a opressão social de Amélia. Após a morte dos pais, a personagem passa a viver à mercê do marido, desiludindo-se com a vida de felicidades que almejava, assumindo uma posição de obediência quanto à loucura dele bem como de seu orgulho aristocrático, que não permite à Amélia contribuir com o sustento da casa ou intervir nas decisões do Engenho Santa Fé. Resta a ela vender ovos escondida do marido.

As obras em questão foram selecionadas como alvo de nosso estudo justamente por serem, tradicionalmente, destacadas pela crítica literária em decorrência da complexidade de seus protagonistas masculinos, enquanto as personagens femininas parecem estar em desarmonia com essa mesma complexidade, apesar de existirem estudos que buscam evidenciar os valores que delineiam os sujeitos femininos desses romances. Em nossa leitura, observamos que elas, por vezes, são motivo e salvação para a crise existencial que assola seus companheiros nos romances, motivadas por um sistema de gênero que determina seus lugares sociais dentro e fora da família.

Tanto *Fogo Morto* quanto *São Bernardo* revelam uma herança cultural de separação dos papéis de homens e mulheres, por meio de personagens que disseminam a ideia de que às mulheres pertence o ambiente doméstico e aos homens o ambiente público.

Contudo, a importância dada ao casamento sempre foi de grande relevância para a ocupação de um status dentro da sociedade, em destaque, na cultura rural do interior do Nordeste. Em várias passagens dos dois romances podemos observar tal relevância:

- Está de passagem, seu Laurentino?



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

- Vou ao Santa Rosa. O coronel mandou me chamar para um serviço de pintura na casa-grande. Vai casar filha. (REGO, 2009, p.49)

Naquele ano dera uma pintura na casa. Fora o ano da chegada do piano. Amélia voltava do colégio, moça como não havia na várzea, cheia de prendas, dona de muito saber. Mas foram-se os anos e o capitão Tomás tinha uma mágoa. Por que não se casara sua filha mais velha? (REGO, 2009, p.216).

Amanheci um dia pensando em casar. Foi uma ideia que veio sem que nenhum rabo de saia a provocasse. Não me ocupo de amores, devem ter notado, e sempre me pareceu que mulher é um bicho esquisito, difícil de governar (RAMOS, 2012, p.67).

Não me sentia, pois, inclinado para nenhuma: o que sentia era desejo de preparar um herdeiro para as terras de S. Bernardo (RAMOS, 2012, p.67).

Podemos observar nos fragmentos acima que em ambos os romances há uma forte preocupação das personagens masculinas com o casamento, independente mesmo da classe social, como é o caso do Mestre Amaro que, em *Fogo Morto*, conversa com o pintor Laurentino, o pai de Amélia, que criara a filha para ser uma mulher diferente das outras moças da várzea. Também temos aí as divagações de Paulo Honório sobre o casamento. Entretanto, essa importância dada à relação matrimonial não pressupõe uma preocupação romântica, como talvez fosse idealizado pelas mulheres que esperavam à época um pedido de casamento. O casamento em ambos os casos é visto como meio de perpetuação de posses, de orgulho, de um nome.

Mesmo não sendo protagonistas dos dois romances, acreditamos que apesar de representarem sujeitos femininos historicamente oprimidos dentro do sistema patriarcal e, por isso, em segundo plano, delas dependem sujeitos masculinos para sobreviver nesse contexto, dada à importância relativa à mulher no que tange à preservação da imagem pública masculina.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Presenciamos no início do século XIX um Brasil ainda rural; a cidade, por assim dizer, é quase que uma extensão da vida do ambiente rural e, desse modo, a vida urbana era praticamente inexistente. Predomina nesse ambiente um perfil de família nos moldes patriarcais – o homem é o provedor da família e a mulher ocupa o papel de esposa, mãe e cuidadora do lar. Ela era desobrigada de qualquer trabalho produtivo para além da esfera doméstica. Com o tempo, as ruas dos grandes centros urbanos começam a ser controladas, sob a égide da adaptação aos moldes europeus, e todos os espaços e objetos do meio não burguês são transferidos para a periferia. O espaço urbano passou a ser o espaço público. O novo estilo de vida burguês dita as regras desses novos espaços que se configuram, assim, “com a aquisição de seu novo status de lugar público, a rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado – a casa” (D’INCAO, 2012, p.226). Todas as formas de manifestação popular passaram pelo crivo da nova ordem, e muitas delas tiveram de retornar para o ambiente doméstico. Mas a separação desses espaços era bem definida? O espaço privado não agregava valores do espaço público?

A vida doméstica passa a ser compreendida como um espaço da vida social que deve ter como base a família e a esta estão associadas as mulheres/esposas/donas de casa como nativas primeiras. Ocorreu um processo de valorização da intimidade, de privatização da família, e a mulher estava no foco das atenções, pois era a ela que era delegada a responsabilidade pelo sucesso público da família:

A ideia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos “outros”. A mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros, certos acontecimentos da vida social. Se agora era mais livre – “a convivência social dá maior liberabilidade às emoções” –, não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada (D’INCAO, 2012, p.228).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Quer dizer, ao mesmo tempo em que o homem tem o controle sobre a mulher, precisa dela para estabelecer sua imagem pública. O casamento, nessa perspectiva, tinha como função garantir um status social ou uma forma de ascender socialmente e à mulher caberia o papel de mantenedora das aparências sociais da família: “Cada vez mais é reforçada a ideia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família ‘burguesa e hegienizada’” (D’INCAO, 2012, p.229). A mulher seria, assim, uma espécie de capital simbólico:

Num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido (D’INCAO, 2012, p. 229).

A mulher agora que “ia à praça” necessitava redobrar o cuidado com a imagem que poderia transparecer ao público, pois isso poderia significar a proteção ou o esfacelamento da imagem pública do marido. Seu papel social passa a ser redefinido como aquela que cuida dos interesses da família. E para isso, percebe-se todo um endosso pedagógico, um doutrinamento para educar as mulheres da elite a serem mulheres do casamento, da vida doméstica: princípios de vigilância e autovigilância, o fomento do sentimento de amor à família e de cuidado com o marido e os filhos – uma idealização do casamento como o meio para a felicidade. O comportamento feminino passou a ser vigiado, condicionado ao sistema do casamento por interesse, já que a mulher era um capital simbólico de valor econômico e político.

Essa forma de compreender o casamento e o papel das mulheres nele é devidamente ilustrada em *Fogo Morto* e *São Bernardo* pelas personagens Amélia e Madalena. As duas personagens encontram no casamento uma forma de preservar um status social, e seus maridos dependem delas no sentido de preservar uma imagem pública. Homens da elite rural do nordeste buscavam o casamento como forma de denotar respeito mediante os olhos atentos



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

da sociedade e, ao mesmo tempo, preservar sua descendência. Casar uma filha era sinônimo de vitória e muita comemoração:

No outro dia o moleque que fora ao Pilar lhe trouxera uma carta do Recife. Pensou logo que fosse notícia ruim da filha. Era uma carta do primo Lula pedindo-lhe a mão em casamento.

– Mariquinha – gritou –, anda cá. É o pedido do primo Lula. A tua filha vai casar.

Havia uma enorme alegria na efusão do capitão. Chamou a filha e não teve coragem de falar-lhe, deu a carta para ler. Amélia encheu os olhos de lágrimas e abraçou-se com a mãe (REGO, 2009, p.224).

Em se tratando de *São Bernardo*, os ideais de casamento de Paulo Honório estavam atrelados ao objetivo de garantir legitimidade de posses. Ele não necessitava de status, pois já havia conseguido influência econômica e política, o que desejava era uma garantia de que o produto de uma vida de esforços tivesse continuidade, ou em termos econômicos, desejava um atestado de propriedade. Para isso, precisava gerar um filho. Busca, então, contrair casamento com Madalena, uma professora da Escola Normal que larga sua carreira para vivenciar o matrimônio. Mesmo Paulo Honório tendo motivações bastante capitalistas e não sendo relatada em nenhum momento da narrativa uma preocupação com ascendência social pelas posses da mulher que estivesse à altura de ocupar o seu lado no reinado da São Bernardo, o mistério que gira em torno da moça loura ocupa sua mente:

Percorri a cidade, bestando, impressionado com os olhos da mocinha loura e esperando e esperando um acaso que me fizesse saber o nome dela. O acaso não veio, e decidi procurar João Nogueira, informar-me do nome, posição, família, as particularidades necessárias a quem pretende dar uma cabeçada séria (RAMOS, 2012, p.80).

Podemos notar que Madalena deveras despertou o interesse do protagonista Paulo Honório, e que de forma talvez mais objetiva, apesar de pouco citada, buscou conhecer os precedentes da moça que despertou sua curiosidade. Apesar de não ser o foco da história a



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

importância do casamento nessa sociedade, e sim o desarranjo que se procederá na vida do personagem masculino, a importância do casamento nesse romance pode ser notada pela preocupação do narrador-personagem em evidenciar o histórico da moça. Mais uma vez, as normatizações sociais vêm à tona para mediar as transações comerciais que, na verdade, eram os casamentos da elite.

A atitude de Paulo Honório em relação ao casamento diverge em demasia da ênfase que é dada à temática em *Fogo Morto* pelo capitão Tomás e sua filha Amélia. A vida de Paulo não parece girar em torno da ideia de casar para assumir uma postura social, mas a importância dada ao sacramento matrimonial tem sua relevância na medida em que seu propósito maior de conseguir um herdeiro legítimo se avulta como possível ao conhecer Madalena – é o casamento por interesse, típico das elites dos séculos XVIII e XIX.

Os perfis femininos retratados por Amélia e Madalena passaram pelas mesmas imposições sociais justificadas pelo sistema de gênero¹ em voga – patriarcal. Contudo, precisamos atentar para o fato de que a valorização dos papéis sociais num ambiente rural pode estar atrelada a outros espaços, outros objetos culturais que se ligam ao imaginário coletivo como forma de compreender a função do homem e da mulher na família. O que não podemos negar é a existência de uma violência simbólica que, independente da classe social – sejam mulheres ricas, pobres, escravas, negras – gera uma submissão feminina em nome de um valor maior – o bem estar público do homem. O nordeste retratado por José Lins e Graciliano Ramos é o lugar de uma sociedade fundamentada no patriarcalismo.

Amélia e Madalena deveriam ser a síntese do perfil feminino que era visto como o ideal para estabelecer casamento, mulheres dignas de receber o nome do marido e de adornar suas vidas:

O princípio da riqueza marcava o reconhecimento social. O princípio da cor poderia confirmá-lo ou era abafado, o princípio da cultura o preservava. Ser filha de fazendeiro, bem alva, ser herdeira de escravos, gado e terras era o ideal de mulher naquele sertão (FALCI, 2012, p.242).

¹ Lauretis (1994), ao tratar das tecnologias de gênero, aponta a existência de um sistema de gênero, “um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais” (p.211). Afirma, ainda, que mesmo que uma cultura varie em relação a outra, qualquer sistema de gênero estará interligado a fatores de ordem política e econômica em cada sociedade.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A partir dessas considerações podemos afirmar que a mulher de elite, apesar de estar submissa à vida conjugal e às decisões do marido, era o centro das atenções das práticas sociais do casamento, símbolo de poder econômico e político. Por isso, tão cobiçadas como objeto de ascensão social.

E nelas era introjetada a ideia de que nasceram para ocupar esses papéis, suas vidas estavam presas a essa finalidade, o que lhes causava preocupação caso não conseguissem casar, pois isso implicaria não somente no seu fracasso como no de seus pais:

E assim a confecção de enxovais iniciada aos 12 anos de idade das meninas, com peças de linho mandadas bordar e guardadas em papel de seda em baús; os conselhos amigáveis da mãe experiente para que a moça tivesse um comportamento moderado e repleto de solicitude, “para poder casar”, inculcavam na vida feminina a noção de valorização da vida matrimonial e, ao mesmo tempo, imprimiam-lhe uma profunda angústia, caso ela não viesse a contrair casamento antes dos 25 anos de idade (FALCI, 2012, p.256).

Diante do exposto, destacamos a condição feminina diante de seu papel na família. O homem, como provedor, deveria mostrar-se capaz de sustentar a casa e os demais membros da família, de modo que à mulher cabia a função de manter as aparências, confirmando as capacidades masculinas mediante a sociedade, quer dizer, mediante o espaço público. Assim, a mulher que buscasse contrair um matrimônio precisava apresentar um bom comportamento e estar disposta a assumir sua função de esposa, mãe e dona de casa, sempre servil às decisões do marido.

Ao observarmos os dois contextos familiares e o comportamento das duas personagens femininas por nós destacadas, fica-nos a impressão de que suas reações se opõem, uma vez que Amélia aceita uma aparente submissão como parte inevitável de sua condição de esposa, enquanto Madalena reconhece a opressão do casamento devido ao confronto de poder do marido. Ambas as personagens sofrem pela condição de ser mulher numa sociedade em elas não podem ser admitidas como indivíduos que produzem bens, e ironicamente são bens



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

simbólicos. Mesmo com a separação dos espaços público e privado, relegando o ambiente doméstico à mulher, nos dois romances é bastante explícita a reprodução da separação de poder entre homens e mulheres, pois mesmo na intimidade da família e do lar a mulher não pode figurar como protagonista e sua submissão deve ser testemunhada pela percepção do público. Em nome da preservação da imagem pública do marido, que deve ser sempre a de provedor da família e mantenedor da ordem sobre os membros que a constituem e que são hierarquicamente inferiores (esposa e filhos), Amélia e Madalena enfrentam a realidade opressiva que suas funções impunha-lhes: o “silenciamento resignado” de uma em contrapartida à morte da outra. Em ambas as situações, reconhecemos as esferas pública e privada se contrapondo e se complementando em sintonia com um projeto de natureza claramente patriarcal.

Não podemos afirmar se a exploração da personagem feminina nos dois romances partiu de uma preocupação para com a denúncia da condição de violência, ainda que simbólica, a que muitas mulheres são submetidas. Mas certamente não podemos negar que o discurso narrativo se não nos revela a personagem feminina por completo ao menos denota sua posição enquanto sujeito sem voz, conhecido apenas pelo relato do outro. Desse modo, resta-nos refletir sobre como essas obras revelam de maneira sutil a carga que o imaginário patriarcal exercia não somente nas mulheres, mas na própria estrutura familiar e doméstica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: Mary Del Priore (Org.). **História das mulheres no Brasil**. – 10ª ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres no sertão nordestino. In: Mary Del Priore (Org.). **História das mulheres no Brasil**. – 10ª ed. – São Paulo: Contexto, 2012.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PERROT, Michelle. (Org.) **História da vida privada, 4: da revolução francesa à primeira guerra**. Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. **Casamento e sexualidade: a construção das diferenças**. – Florianópolis: Editora Mulheres, 2012.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. – 92ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012.

REGO, José Lins do. **Fogo Morto**. – 68ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.